

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NOS RIOS DE GUINÉ DO CABO VERDE

Carlos Lopes

INTRODUÇÃO¹

Este texto refere-se ao triângulo geográfico que separa os rios Gâmbia e Nunez, no extremo ocidental do continente africano. Vários nomes podem ser atribuídos a esta região: Nigritia, Guiné, Rios do Sul, Sudão Ocidental, Senegâmbia Meridional, ou as designações contemporâneas de Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance. Por razões subjectivas escolhemos para este texto a consagrada expressão de André Álvares de Almada de “Rios de Guiné do Cabo Verde”. Desta feita fica estabelecida a relação histórica entre territórios que muito devem um ao outro, desde o povoamento das ilhas provocado pela presença europeia nestas paragens, a partir do século XV. Álvares de Almada, ele mesmo mestiço cabo-verdiano do século XVI, é a melhor representação do argumento fundamental deste texto.

O debate sobre identidades é normalmente marcado por digressões emotivas e falta de clareza conceptual. Tal como a definição de sociedade tudo o que se relaciona com identidades é susceptível de várias interpretações. Importa-nos provar que existe uma dinâmica permanente na definição de qualquer forma de identidade vista como a gnosis que separa um grupo dos que se lhe parecem diferentes num determinado tempo histórico, sempre susceptível de novas leituras em

¹ Este texto preparado para o Colóquio sobre Identidades em Cabo Verde, é largamente inspirado em Carlos Lopes, “Kaabunke. Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais”.

função de acontecimentos correntes. A matriz que define este tempo histórico é a relação de poder bem como as formas de apropriação ou expropriação das características comuns e diferenciais. Tanto as pressões vindas de dentro de um grupo social, que podemos chamar de endógenas ou centrífugas, como aquelas que advêm do exterior, ou exógenas ou centrípetas, contribuem para uma determinada relação de poder. A relação espacial desempenha igualmente um papel importante, sobretudo depois da identificação do Estado, através do seu papel motor importante nas relações de poder, com um território bem demarcado. O argumento central deste texto é propor uma leitura breve mas concisa do espaço dos Rios de Guiné do Cabo Verde a partir desta grelha de análise. Para tal teve que se privilegiar as identidades dominantes ou englobantes em detrimento das dominadas ou englobadas.

CONDICIONANTES HISTÓRICAS DAS IDENTIDADES

Novas correntes da antropologia francesa propõem uma partida radical dos percursos etimológicos sulcados pela etnologia tradicional. Esta corrente vem-se juntar a uma renovação da própria leitura historiográfica e filosófica sobre África, protagonizada pelas novas correntes do pensamento africano. No respeitante a História depois de se ter passado pela reivindicação do direito a uma História do continente para além da presença europeia, liderada por Joseph Ki-Zerbo, está-se já bem para além do conceito de pirâmide invertida. Esta última corrente tentava de uma forma às vezes caricata reivindicar uma História africana por comparação ou oposição simplista, sobretudo em relação à História europeia (Lopes, 1997).

Também filósofos como Adotevi, Towa, Hountoundji e Mudimbe, põem em causa o princípio ingénuo de caracterizar os sistemas de pensamento africanos em termos religiosos ou filosóficos ao içá-los ao nível dos seus homólogos ocidentais. Para eles trata-se de uma projeção etnocêntrica que transforma esse pensamento em estruturas fechadas por um relativismo absoluto de identidades, entre as quais não se pode estabelecer nenhuma comunicação. É porém no questionamento da razão etnológica (Amselle, 1990) que se encontra o fermento para uma nova apreciação do caminho antropológico. Por razão etnológica Amselle

entende ser “a visão descontinuada que consiste em extrair, purificar e classificar, a fim de definir tipologias, tanto no domínio político – sociedades com Estado ou sem Estado – económico – autosubsistência, mercado – religioso – paganismo, islão – étnico ou cultural. Esta perspectiva teórica cuja unidade e patente é um dos fundamentos da dominação europeia sobre o resto do planeta: uma espécie de fio de Ariana que percorre a história do pensamento ocidental”. A esta razão etnológica Amselle contrapõe uma lógica mestiça que consiste em propor uma leitura que valoriza a indistinção ou o sincretismo originário. Em vez de cadeias de distinção acredita-se antes em renegociações permanentes de identidades. Fixar quaisquer práticas não se coaduna com o universalismo que parece ser o fundamento das interpretações contemporâneas. Só assim se pode evitar uma subvalorização da dimensão espacial e política na dimensão temporal e étnica.

Etnicidade

Num volume dedicado aos Nyamakala², um grupo social bem específico pelas suas especialidades no seio dos Mande, alguns Historiadores aproveitam para demonstrar que a única forma de se compreender a complexidade das interações existentes através da História entre este grupo e os que os rodeiam é através do princípio de que as identidades pessoais são negociadas permanentemente, em função de uma matriz de relações que influenciam a construção da ordem social onde se inserem (Conrad/Frank, 1995). “... recent research has revealed the extent to which the nyamakalaw have continually redefined their identity in response to changing social, economic, and political circumstances. Through the study of history, language, oral tradition, social roles, and identity, the contributors to this volume explore the dynamic nature of the special status of the nyamakalaw, the history of this phenomenon in various Mande contexts, and the role of individuals in its development in time and space. The intent

² Os Nyamakala ou Nyamakalaw intrigaram durante bastante tempo os investigadores do Sudão Ocidental devido a possuírem algumas características similares a um sistema de castas. Este grupo especializado dos Malinke, ou Mandingas, tem funções importantes na hierarquia social Mande, ocupando os escalões intermediários e as profissões especializadas da sociedade. Entre os mais estudados temos os Bardos.

here is to challenge long-held misconceptions about this distinctive social form, to begin to reconstruct its social history, and to recognize its generative capacity”.

Não se trata certamente de uma coincidência o fato de o conceito de grupo étnico ter sido separado de categorias sociais. Os acadêmicos têm-se sentido bastante incomodados com a rigidez da definição tradicional de grupo étnico ou etnicidade, por esta e outras razões. O volume coordenado por Amselle/M'Bokolo (1985) continua a ser a principal contribuição para uma nova leitura da etnicidade. Na opinião de Amselle: “A causa parece estar esclarecida: não existia nada parecido com uma etnia durante o período pré-colonial. As etnias derivam apenas da ação do colonizador que, na sua vontade de territorializar o continente africano, fragmentou entidades que foram, elas próprias, seguidamente reapropriadas pelas populações. Nesta perspectiva, a etnia, tal como muitas instituições pretensamente primitivas, não passaria de mais um falso arcaísmo”.

Sem entrar no vivo da polémica é fácil chegar à conclusão que grupo étnico é apenas uma entidade conscientemente diferenciada onde as pessoas se definem a si próprias como sendo diferentes. Esta é uma realidade muito distinta da visão estática dos exploradores e primeiros etnógrafos que associavam nomeadamente a etnia a um território específico. Até na linguagem administrativa dos últimos anos da presença colonial na Guiné-Bissau se encontra a etimologia Chao balanta, Chao papel, Chao manjaco, etc, embora fosse evidente que se tratava de espaços habitados por várias etnias diferentes. Normalmente o processo de criação, difusão e adoção de identidades está ligado à influências culturais, de ordem religiosa, linguística ou de superioridade tecnológica que permitem a transformação de relações de poder numa ideologia de dominação. É necessário, portanto, relativizar a utilização da categoria etnia, tendo em conta os elementos novos e as discussões em torno deste conceito. Se é certo que a realidade étnica, mesmo tratando-se de uma falsa realidade é hoje uma evidência da política atual, numa análise mais cuidada veremos que, na maioria das situações, ela é manipulada por grupos em competição pelo poder no seio das elites dirigentes.

Cultura e língua

Segundo Copans (1986): "... o jogo duplo da referência étnica e de uma análise não étnica parece ter desaparecido das perspectivas recentes dos historiadores: o campo interétnico, a região político-económica, o rumo dos fluxos migratórios parecem ter de tomar em consideração a famosa etnia. Mas esta já não se constitui, de facto, como um laço pertinente, pois o elemento de definição das distinções supra-estruturais, mesmo no caso de uma singularidade linguística bem marcada, não é, nem pode ser, o critério determinante e fundador das relações sociais".

O esboço de uma nova definição do conceito de etnia não pode, no entanto, estar dissociado da importância da dimensão cultural e linguística, visto considerar-se normalmente estes elementos como parte do eixo central da gnosia de um determinado grupo. No caso concreto da região a que se refere este texto denota-se a existência de apenas dois sub-grupos linguísticos, para além da presença de línguas europeias, uma das quais acabando por dar origem a um crioulo. O processo de construção linguística segue muito de perto o trilho da construção de identidades, servindo de barómetro em relação à magnitude das diferenças que permitem identificar a existência de novas identidades, ou o desaparecimento de outras. Neste contexto a análise de Copans guarda toda a sua actualidade na medida em que permite reforçar a ideia de que também a construção linguística está submetida a dinâmicas de poder. Anderson relembra-nos que o nascimento de certas culturas europeias obedeceu aos mesmos princípios. Antes do período de 1800 a 1850 a língua búlgara não era distinta do servo-croata ou do esloveno. O ucraniano era o russo simplificado e a língua principal da Finlândia era o sueco. A emergência do arabismo no Líbano faz parte do mesmo processo (Amselle, 1990). A formação de culturas não escritas do planeta foi influenciada pela difusão da escrita, da escolarização, da urbanização e da emergência de uma classe de letrados, intelectuais, pertencentes à criação de novas hegemonias, normalmente através da reivindicação nacional.

Nação, nacionalismo

Nação é uma ideia, um sentimento de solidariedade intergrupos na base dos mesmos princípios que os do conceito do grupo étnico. A nação carece de um espaço de expressão maior e de uma estrutura política mais importante, normalmente protagonizada pelo Estado. Os portadores do interesse nacional utilizam habitualmente este último para erigir essas bases. Diz-se que são a classe “nacional”, pois é ela que possui uma consciência de criar a nação. Na realidade são os representantes de uma vontade de integração económica, que durante bastante tempo criaram o mito do binómio Estado-nação como forma de assegurar a criação do mercado.

As nações quase nunca coincidem com as fronteiras jurídicas dos Estados, o que serve para justamente demonstrar a contradição do binómio Estado-nação, e exprimir antes a noção de entidades englobantes ou englobadas em função das relações de poder. A nação é normalmente uma plataforma de consenso que legitima o poder. Nos Malinke, o sufixo *nke* exprime justamente esta ideia, servindo para designar tanto os povos como o território já que ambos são atributos de um poder legitimado.

As lutas contemporâneas para a independência dos países africanos foram muito influenciadas pela concepção “moderna” de Estado-nação. Assim, a maior parte dos movimentos independentistas fez sua bandeira da *reconstrução nacional*, admitindo indebitamente a existência de nações antes da dominação colonial que necessitariam de ser *reconstituídas*. Na realidade, dificilmente se pode justificar a existência de tais nações antes ou durante a presença colonial, em função dos territórios definidos pelos Estados contemporâneos. Chega-se assim facilmente à conclusão que a reivindicação nacionalista era baseada num mito que não deixou, no entanto, de engendrar as dinâmicas políticas necessárias à independência dos países africanos. Este é um exemplo de como se pode utilizar formas de identidade que pouco têm a ver com factos específicos, mas que muito têm a ver com dinâmicas de poder bem precisas.

Estado, território, espaço.

Para compreender os Estados modernos e a sua legitimação do espaço, temos que conhecer os motivos sociológicos e históricos capazes de justificar que um determinado grupo social possa viver em conjunto. As explicações tipicamente econômicas, embora úteis e necessárias, revelaram-se limitadas devido à amálgama que formam na sua procura de conclusões generalizadoras para as experiências de construção estatal. Na realidade, ao fazer referência a características comuns é necessário descobrir também as especificidades de cada realidade.

O Estado pode interpretar-se de diversas maneiras, consoante o momento histórico: de uma estrutura política onde existe uma diferença entre governador e governado, até à mais complexa noção de Estado-nação. O Estado é o principal vetor de poder e a alavanca de base de todas as estratégias de dominação.

Em África é ao Estado pós-colonial que compete a tarefa de construir a nação, mas de acordo com o entendimento que dela têm as classes que estão no poder. Na ausência de uma reflexão profunda sobre as características históricas das sociedades, as justificações da construção nacional são vagamente políticas, produtivistas, quase nunca culturais.

Quando o tratado luso-francês de 1886 dividiu o espaço kaabunke, criando a Guiné Portuguesa numa parte significativa do seu território, deu ao futuro Estado da Guiné-Bissau o seu primeiro fundamento: o território. O movimento de libertação nacional lutou pela obtenção do controle deste território, sem nunca utilizar qualquer argumento de extensão territorial ou de falsas fronteiras. Reivindicou, no entanto, uma unidade política com as Ilhas de Cabo Verde que, evidentemente, não faziam parte do espaço kaabunke.

O PAIGC (Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde), movimento de libertação nacional, foi a expressão dessa vontade liderada por uma elite pequeno-burguesa e de cultura crioula. Estes crioulos, e por extensão esta liderança, apelavam para uma historicidade que se limitava a utilizar as referências coloniais. Para esta liderança

era evidente a ligação com as Ilhas de Cabo Verde, devido aos laços existentes entre as culturas crioulas de ambos os territórios. Entretanto encontrar-se-á como argumento legitimador desta luta comum, o facto de os dois territórios terem sido durante muitos séculos geridos pela mesma administração, sedeadada na Ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde. Ora, como está demonstrado, esta administração nunca existiu enquanto tal em terra firme, podendo a veleidade de controlo territorial português ser posta em causa até ao fim do séc. XIX.

Porém, estes argumentos, e muitos outros, serviram de justificação à construção teórica do movimento nacionalista que, como todos os exemplos africanos do mesmo género, era um movimento nacionalista sem nação. Isso não impediu que o desejo e a vontade de construção nacional fossem reais, mas tinham uma perspectiva limitada e uma historicidade que apelava apenas às referências coloniais. A outra história, essa era desconhecida, ou mesmo desprezada.

Serve tudo isto para dizer que, talvez sem querer, o movimento nacionalista aceitou a premissa de uma África sem História anterior à chegada dos Europeus e com a sua História, após a chegada destes. Este princípio está implícito em toda a historicidade invocada e em todos os argumentos políticos.

Na realidade uma releitura das historicidades tem que ser feita à luz da teoria dos espaços que rejeita classificações e tipologias fáceis, permitindo observar dinâmicas contraditórias da evolução dos poderes, por conseguinte das identidades. A teoria dos espaços está muito na moda, pois oferece uma grelha de análise diferente, embora rudimentar. Ela vai para além do território definido na sua vertente política moderna.

IDENTIDADES EMERGENTES

Como afirma Jean Devisse (1986), a maioria das sociedades conheceu uma época de classificação dos vários agrupamentos humanos que lhe permitiu identificar os outros e distingui-los de si. Muitas poucas pessoas tentaram estudar o funcionamento lógico destas classificações e o peso ideológico de certas designações através da história. Conforme

afirma Conrad e Frank (1995) “... different individuals choose to define their identity and that of others in particular ways for particular reasons. It is therefore the choice between the various etymologies that is more significant than any one translation. Thus, searching for the “true” meaning of the term through etymology (or any other means) is futile unless located within a particular context, where actor and audience are clearly recognized. Actions, like words, can also be variously defined, in that the same act can be interpreted differently depending on the identities of those present.”

É com estas limitações que analisaremos a emergência de quatro identidades dominantes no espaço dos rios de Guiné e Cabo Verde: malinke, kaabunke, afro-portuguesa e cabo-verdiana.

Malinke

A epopeia de Sunjata Keita faz parte dos grandes mitos da História africana, mas é correcto aceitar que o Mali foi não só uma forma superior de estruturação do espaço e de regimentação política, como precursor de formas modernas de intercâmbio comercial. O comércio trans-sahariano dependeu em grande medida da existência de uma estrutura política mande³ que é assinalada com bastante proeminência por cronistas e exploradores árabes e europeus. O célebre Ibn Battuta relata-nos com um detalhe exemplar as experiências por ele vividas no auge do poder malinke. A estrutura social deste Estado incluía a existência de uma classe controladora do poder político, definido como Mansaya, dirigido por um Mansa, suserano absoluto, auxiliado de uma classe nobre, os Oron. Uma originalidade dos Malinke e a existência de uma classe de profissionais maiores que inclui artistas e outras especialidades ocupacionais bem definidas, como por exemplo os ferreiros, que devido a uma prática endogâmica, e papéis sociais bem definidos, foi associada a um sistema de castas: os Nyamakala. A sucessão malinke

³ Também aqui o sufixo *nke* ou *nka* pode ser aplicado para dar origem à palavra Mandenka, que significa o país de Mande, mas que acabou por ser confundido como a designação de uma etnia, criando o etnónimo Mandinga, Mandinka, Mandingue. O sufixo é aplicável a quase todas as formações políticas criadas pelos Mande como Malinke, Kaabunke, ou influenciadas por este, como Funtanke, Jakanke, etc.

fazia-se por via patrilinear e a sua religião foi influenciada pelos ventos da época, ou seja uma mistura entre islão e animismo com o primeiro a fortalecer-se através dos tempos. Os Mandé eram fundamentalmente guerreiros, que através de um sistema de comércio de longa distância, e razias sobre povos que recusassem pagamento de impostos, contribuíram, de uma forma significativa para o desenvolvimento da escravatura.

Segundo Mungo Park as fontes referem que os escravos representavam três quartos das populações que viviam sobre o controlo malinke. Os escravos cultivavam a terra, tratavam do gado e tinham a seu cargo todos os trabalhos servis, acrescenta Park. Os escravos podiam ser diferenciados pelas categorias sociais que ocupavam no momento da captura. O tratamento de um ansião era sempre digno, por exemplo. Regras precisas proibiam que os Nyamakala fossem cativos e normalmente o escravo de classe mais elevada tornava-se chefe dos escravos ou cativos, sendo consultado para determinadas decisões. Nem todas as etnias submetidas eram necessariamente tratadas como escravas e algumas limitavam-se a pagar o tributo. E algumas outras, ainda esquivavam-se a este pagamento sem serem punidas.

A descrição das características malinke é importante pelo papel omnipresente dos Mandingas na região estudada, muito embora o epicentro malinke esteja distante dos Rios de Guiné do Cabo Verde. É óbvio em todas as fontes, incluindo as cartográficas, que o domínio malinke chegava à costa e confundia-se com o dos Estados vassallos da subregião que deram origem a novas formas de identidade, independentes, já a partir do século XIII.

Kaabunke

Os conhecimentos historiográficos atuais, as novas fontes e cartografia disponíveis, permitem constatar o enorme impacto do Kaabu na região bem como, paradoxalmente, a inexistência de provas de ter-se tratado de um Estado forte com grandes realizações infra-estruturais. É difícil de admitir que um Estado forte tenha sido governado a partir de aldeias sem vestígios de uma infra-estrutura administrativa. No

entanto o poder kaabunke foi uma instituição que durou cinco séculos. Na base da Mansaya malinke introduzida por Tiramakhan Traore, o fundador do Kaabu, reproduziu-se uma boa parte das características políticas e económicas do Mali, incluindo: administração de impostos, comércio de longa distância, razias e escravatura, hierarquização social bem definida (incluindo a existência de Oron, e Nyamakala). A civilização kaabunke diferencia-se, no entanto, do Mali em três elementos fundamentais:

- sucessão por via matrilinear, que acabou por se manifestar também na presença de patrónimos de origem local, distinta dos de origem Mande;
- estabelecimento de uma classe nobre específica de acesso matrilinear baseada nos clans Mane e Sane, os Nyantio;
- forte presença de influência animista, muito embora junto dos Nyantio se observasse uma importante aliança com mercadores Dyula e clérigos muçulmanos, utilizados como conselheiros da Mansaya.

A estes elementos deve-se agregar a deslocação a partir do século XV do epicentro de trocas comerciais do Sahara para o Atlântico, permitindo um desenvolvimento ainda maior da escravatura que acabou por contribuir para o crescimento da influência e poder dos Mandingas ocidentais, dominadores do Kaabunke.

Não se trata aqui de fazer uma análise genealógica, ou cronológica desta civilização, mas antes reter o facto de que na dominação kaabunke se encontram elementos de todos os povos da sub-região, confirmando a teoria das interações sociais e a dificuldade em fazer uma análise tipológica e classificativa da influência de um poder como o Kaabunke.

O Kaabu representa na realidade uma identidade que congregou em várias estruturas do espaço uma sub-região com características próprias em termos económicos, culturais, linguísticos, religiosos, num eco-sistema bastante peculiar, caracterizado por rios de água salgada, rodeados por mangais e zonas de sedimentação recente, contornados por grandes vias fluviais, nascidas nos contrafortes do Futa-Jalon.

Através da História kaabunke surge assim uma outra identidade, desprezada estrategicamente pela historiografia contemporânea, mas bem presente nas relações de solidariedade ainda hoje perceptíveis entre os povos da sub-região. E através desta leitura pode-se então explicar uma série de fenómenos que de outra forma seriam difíceis de racionalizar, como por exemplo, a forma como foram atribuídos etnónimos na sub-região, a importância que os Fulas virão a desempenhar na destruição da Mansaya kaabunke, a divisão do antigo espaço de influência kaabunke por três colonizadores diferentes (dando origem a Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance), para além da rejeição da atual estruturação do espaço pelos povos da sub-região.

Afro-Portugueses e Caboverdianos

Em contraste com a dominação kaabunke a partir do hinterland, novas dinâmicas de poder começaram a desenvolver-se junto à costa dos Rios de Guiné do Cabo Verde. A presença europeia expandiu-se como um rastilho de pólvora a partir do século XV. No respeitante à coroa portuguesa, esta estava interessada em preservar o controle do comércio a fim de poder tirar o máximo de benefícios próprios. Daí ter, desde muito cedo, limitado o acesso à costa através de regulamentações precisas, nomeadamente no relativo à estada dos navios mercadores, e à criação de uma administração a partir das Ilhas de Cabo Verde, a cuja ocupação se deu início com uma forte presença de populações escravas. A Ilha de Santiago ocupou um papel primordial no desenrolar destes acontecimentos, sobretudo quando em 1466 os seus habitantes foram autorizados a negociar na costa. No entanto, já em 1462 “ como consequência do arrendamento dos tratos de Guiné (1468) o resgate de escravos foi restringido ao número necessário para o povoamento das ilhas e o cultivo dos campos. Além disso, apenas podiam utilizar, nas trocas, produtos do próprio arquipélago que se reduziam naquela época a algodão e cavalos. Pretendia-se assim, facultar aos habitantes das Ilhas de Cabo Verde uma participação nos lucros do negócio de terra firme sem deixar de se acautelarem os interesses da coroa ou dos contratadores, cujo negócio se alargava pelas costas da Guiné, Serra Leoa e da Malagueta” (Madeira Santos, 1988).

Estavam assim criados os germes de duas contradições importantes: a criação de uma identidade nova centrada no povoamento cruzado das Ilhas de Cabo Verde, entre brancos e negros, e o desenvolvimento de interesses distintos entre a coroa e os súbditos habitantes da sub-região. Estas contradições vão acabar por dar origem à emergência de novas identidades. Estas últimas foram reforçadas pelo envio sistemático de indivíduos que se tentavam distanciar do controle da coroa logo que possível, ou porque eram foragidos da lei, ou simplesmente perseguidos religiosos cujo passado, nomeadamente judeu, em nada abonava para o seu reconhecimento. Os Lancados ou Tangomau, pois assim se chamavam, foram já amplamente estudados e o seu papel no desenvolvimento do tráfico negreiro é sobejamente conhecido. No entanto o que é interessante frisar no contexto deste estudo é o facto de eles terem constituído a primeira cadeia de ligação entre os poderes locais e a presença europeia, numa altura em que essa presença ainda não se tinha transformado em dominação territorial. Fruto de alianças várias, os Lancados acabaram também por criar mestiçagens fortemente associadas a interesses comerciais, estando também eles na origem, indirectamente, do estabelecimento de uma língua franca na sub-região: o crioulo.

Os Lancados foram também responsáveis pelo desenvolvimento de um comércio de cabotagem junto à costa, utilizando portos e produtos proibidos e contribuindo assim para uma deslocação dos circuitos de comércio de longa distância, do hinterland para a costa. Produtos tais como o sal, a cola, o anil, o ferro e a panaria, acabaram por ter um papel importante na criação de fortunas locais junto da comunidade cada vez maior de Afro-Portugueses. Os Lancados e os Afro-Portugueses assumiram papéis de intermediários entre populações locais sob dominação kaabunke e exploradores europeus não Portugueses. Através da criação de um meio afro-português, eles constituíram uma força política regional muitas vezes susceptível de se opor aos poderes locais devido ao seu domínio comercial. Por seu turno os poderes africanos utilizaram a oportunidade oferecida pelos Lancados e Afro-Portugueses para escapar as várias tentativas de um controle oficial português do comércio costeiro. Nem mesmo o Alvará de 1508 de D. Manuel I, referido por Cadamosto, expropriando os Lancados dos seus bens, fez inverter

a tendência. Na realidade este Alvará foi seguido de muitos outros em que o Rei de Portugal permitia aos suseranos africanos matar e apropriar dos seus bens os Lancados e Afro-Portugueses. A ausência de seguimento no terreno destas proposições acabou por cimentar o acto de independência das comunidades afro-portuguesas, que acabaram por preferir colocar-se como aliadas dos poderes locais a quem ofereciam vantagens comerciais contra protecção militar.

Várias características serviam para definir uma identidade afro-portuguesa. Embora praticante da religião católica, a comunidade mestiça tinha uma forte influência de rituais animistas. As suas roupas, a forma de construir as casas, os seus móveis e os seus hábitos de consumo reflectiam a relação euro-africana. Os historiadores têm tido a tendência de ver a cultura crioula como um processo de assimilação dos elementos europeus. No entanto, parece mais correcto fazer uma análise das influências vindas dos dois campos, já que através da língua crioula se pode facilmente chegar à conclusão de que se trata de um binómio de influências. Em termos de educação, tudo leva a crer que o número de letrados era bastante pequeno, antes transmitindo atitudes e cultura através de outros mecanismos. Mas os princípios da organização social e as relações familiares distanciavam-se das formas africanas, como por exemplo, no respeitante ao direito de herança que não seguia a linha matrilinear.

Dos auxiliares dos navegadores recrutados junto das feitorias, acabou por se dar origem a uma classe específica de intermediários que tinham uma familiaridade com os hábitos europeus e pertenciam ao núcleo dos considerados próximos da influência e cultura do Português. Os grumetes, pois assim se chamavam, vão contribuir de forma significativa para o fortalecimento da comunidade afro-portuguesa - também chamada por alguns autores de luso-africana - sobretudo nas feitorias de Ziguinchor e Cacheu. Segundo George Brookes⁴: “the concentration of Luso-Africans, grumetes, and a small and declining number of Portuguese into a few communities and seasonal trading

⁴ George Brookes, “Historical perspectives on the Guinea-Bissau region, fifteenth to nineteenth centuries”, in Lopes, 1993.

settlements in the Guinea-Bissau region had numerous consequences... Preeminent was the reinforcement of Luso-Africans' sense of identity as a group. This is evident from endogamous marriage patterns, supplemented by alliances with Cape Verdean traders and army officers, by assertion of their Christianity, albeit with notable suncretismo with African religious practices, and by concerted and successful efforts by Luso-Africans to manage their own affairs independent of the governors of the Province of Cape Verde and Guinea and commandants appointed for Cacheu and Ziguinchor”.

A estratificação entre Mansas e escravos no hinterland sobrepunha-se agora na costa uma nova hierarquia entre grumetes e gentio. Os grumetes servindo de *primus inter pares* da presença comercial europeia são peças indispensáveis do novo xadrez que se vai instalar na região. Quanto ao gentio representava uma espécie de fronteira social entre os integrados e não integrados no controle ou influência da civilização costeira (Lopes 1993).

Nomes como Caetano Nozolini, João Barreto, Rosa Carvalho Alvarenga, Honório Pereira Barreto, Aurélia Correia, vão destacar-se na História dos Afro-Portugueses.

Por seu turno, o Arquipélago de Cabo Verde conheceu uma dinâmica própria, que fez emergir uma identidade separada dos Afro-Portugueses do continente. Muitas vezes ambos os grupos tinham interesses comuns, mas nem sempre. Por exemplo, as feitorias de Ziguinchor e Cacheu e o controlo da foz do Gâmbia eram dominadas por Afro-Portugueses do continente, enquanto que Afro-Portugueses nascidos em Cabo Verde controlavam Bissau e o Rio Grande, resultando daí uma luta para o reconhecimento de uma destas feitorias como o representante mais importante dos poderes da coroa, que continuavam a ser arregimentados a partir da Ilha de Santiago. Tudo se vai modificar com a deslocação do comércio para outros domínios além da escravatura, e a necessidade do controle territorial por parte dos colonizadores. Vai-se tornar necessária a expansão da administração, papel que será destinado fundamentalmente aos Caboverdianos, entretanto assim já conhecidos, que muitas vezes entrarão em competição de

influências com os Afro-Portugueses e os grumetes do continente. Estas tensões serão, no entanto, atenuadas pelos fortes vínculos familiares que vão sendo estabelecidos através de casamentos interesseiros, resultando em novas alianças entre crioulos dos dois territórios.

HISTORICIDADES CRUZADAS

A ideologia é sempre um sistema de representação que pode incluir ideias, evidentemente, mas também conceitos, mitos e imagens, num contexto histórico preciso. A ideologia é sempre uma procura de legitimidade e qualquer ideologia dominante tem de ter uma justificação histórica. A leitura das identidades dominantes dos Rios de Guiné do Cabo Verde, mesmo de uma forma rápida e simplificada, demonstra a precariedade das justificações ideológicas ainda hoje presentes nos poderes contemporâneos da sub-região. No mundo de hoje em que os historiadores e os cientistas sociais estão afundados por fontes e mensagens escritas, não é raro observar leituras rápidas de fenómenos complexos. Um dos contributos que a nova História pode oferecer é justamente a de produzir análises menos emotivas e ideológicas, tornando mais fecundo o conhecimento das realidades africanas.

Durante o período das grandes estruturas pré-coloniais, a historiografia oficial em África foi a epopeia, a lenda e os mitos que lhe estão associados. É, pois, normal, que muitos dos elementos da elite intelectual e dirigente, nos actuais poderes contemporâneos, recuse a complexidade implícita neste estudo, distante da mitologia simplista. A sua aceitação implicaria pôr em causa justificações ideológicas confortavelmente esboçadas, mas carecendo de dados factuais. É a esta contradição que chamamos historicidades cruzadas.

Mestiçagem

Algumas relações culturais e sociais podem transformar um espaço numa entidade. A procura de denominadores comuns pode levar à produção de uma identidade nacional. Qualquer identidade nacional é sempre o produto de uma mestiçagem. As mestiçagens não são

necessariamente redutíveis ao biológico, mas quase sempre existe essa componente que pode ser racial ou não (no entendimento corrente que temos de racial).

Tanto o espaço malinke como kaabunke são a evidência da produção da mestiçagem. Desde as características sócio-económicas até as culturais e linguísticas, é óbvia a interação, o emprestar de uns povos em relação a outros de vários elementos constitutivos da gnosis que define etnia ou nação. Os fenómenos de mestiçagem na origem do estabelecimento da comunidade afro-portuguesa e caboverdiana, são mais fáceis de identificar devido a componente religiosa e racial exógena. Não deixam, no entanto, de ser fenómenos da mesma natureza que os anteriores.

Hoje em dia, a influência malinke e kaabunke pode ser classificada como de dominante endógena, enquanto que a afro-portuguesa e caboverdiana deu origem a uma identidade crioula – reforçada pela política de assimilação – que essa sim é de dominante exógena.

Inclusão e exclusão

É o fortalecimento do Estado burocrático letrado que leva à necessidade de identificar com precisão todas as identidades. Este processo de mono-identificação é criticado por Amselle que afirma que “... a obsessão de identidade produz inevitavelmente o efeito contrário, ou seja, a exclusão daqueles que não podem demonstrar a identidade maioritária...” (Amselle, 1990). Todos os grupos exteriores ou minoritários que não se enquadrem nas definições do Estado-nação são normalmente rejeitados como raças ou etnias exóticas, minorias domésticas, às quais se limita o acesso a formas de poder sejam elas políticas ou económicas. Estas limitações podem-se fazer de uma forma explícita ou implícita, mas em quase todos os Estados modernos africanos esta característica própria da exclusão está presente. “É na faculdade de nomear e na possibilidade de recusar ser nomeado que se manifestam em permanência os desafios sociais” (Amselle, 1990). E é através dessa luta pelo reconhecimento, que se traduz numa reclassificação permanente, que a sociedade acaba por estar submetida a uma

constante redefinição dos seus parâmetros. As identidades malinke, kaabunke e crioula são neste contexto etapas de uma redefinição constante do excluído e incluído nos poderes contemporâneos.

Identidades e relações de poder

Em função dos elementos apresentados neste texto é agora possível contextualizar alguns dos movimentos identitários recentes no espaço que foi dos Rios de Guiné do Cabo Verde e que hoje pertence a três Estados diferentes. É, por exemplo, sintomático que os crioulos e descendentes de Afro-Portugueses do Senegal ainda hoje sejam designados por Portugueses, desconhecendo mesmo muitos que também possam existir Portugueses brancos. Também é interessante verificar que em Cabo Verde de uma forma não muito definida se designe por Manjacos os originários do continente que agora chegam às ilhas, sendo os Manjacos a designação de uma pequena etnia da costa, muito embora com fortes tendências migratórias. Também na actual Guiné-Bissau se assiste à emergência de novas identidades como, por exemplo, o movimento religioso sincrético Yang-yang, ou o nascimento de uma identidade muçulmana congregando várias etnias. Também é interessante a atribuição de identidades por exclusão como é o caso da designação Burmeju, empregue de uma forma pejorativa contra todos os mestiços biológicos de tez mais clara. Estes fenómenos identitários, em evolução, são apenas a demonstração de novas relações de poder condicionadas pela História e pelos desejos de exclusão ou inclusão.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Esta nota bibliográfica inclui apenas as obras citadas no texto.

Almada, André Álvares d', *Tratado breve dos Rios de Guiné* (por Luis da Silveira), edição patrocinada pelo Governo da colónia da Guiné, Lisboa, 1946, 106p.

Amselle, Jean-Loup, *Logiques métisses. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Payot, Paris, 1990, 257p.

Amselle, Jean-Loup/M'Bokolo, Elikia (Eds.), *Au cœur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat en Afrique*, Editions La Découverte, Paris, 1985, 226p.

Battuta, Ibn, *Inde, Extrême-Orient, Espagne et Soudan*, vol.III de "Voyages", FM/Editions La Découverte, Paris, 1982, 450p.

- Bolegue, Jean, *L'impact économique et politique des navigations portugaises sur les peuples cotiers. Le cas de la Guinée du Cap Vert (XVe-XVIe siècles)*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1988, 10p.
- Conrad, David/Frank, Barbara (Eds.), *Status and Identity in West África*, Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis, 1995, 204p.
- Copans, Jean, "Mode de production, formation social ou ethnique? Les leçons d'un long silence de l'anthropologie marxiste française", *Revue Canadienne d'Etudes Africaines*, vol.XX, n.1, 1986, pp.74-90.
- Devisse, Jean, *Islam et ethnies en Afrique*, Table Ronde CNRS-CRA sur la dimension historique de l'ethnisme en Afrique, Fev. De 1986, Paris, 13p.
- Lopes, Carlos, (Coord.), *Mansas, escravos, grumetes e gentio. Cacheu na encruzilhada de civilizações*, INEP, Bissau, 1993, 347p.
- Lopes, Carlos, *Compasso de Espera. O fundamental e o acessório na crise africana*, Afrontamento, Porto, 1997, 120p.
- Lopes, Carlos, *Kaabunke. espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pre-coloniais*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999, 294p.
- Park, Mungo, *Voyage dans l'intérieur de l'Afrique*, Editions La Decouverte, Paris, 1980, 335p.
- Santos, Maria Emilia Madeira, "As estratégicas ilhas de Cabo Verde" ou a "fresca Serra Leoa": uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico", *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, 1988, pp.485-491.